

Educação federal tem greve geral. UnB para hoje**FUNCIONALISMO**

Servidores técnicos-administrativos da educação intensificam mobilização diante da negociação frustrada por reajuste salarial. Mais de 200 mil professores já aderiram à paralisação, UnB está entre as instituições afetadas

Universidades federais entram em greve

» FERNANDA STRICKLAND

Em meio a tensões entre o governo e o funcionalismo público, servidores da rede federal de ensino iniciam hoje uma greve geral. A paralisação envolve técnicos e professores de todas as instituições de ensino da União — escolas, institutos e universidades federais. Entre as instituições afetadas, está a Universidade de Brasília (UnB).

Essa é a primeira grande greve do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mais de 200 mil servidores federais da educação já aderiram à paralisação. Em pauta nacional unificada, os docentes pedem reajuste de 22,71%, dividido em três parcelas iguais de 7,06% em 2024, 2025 e 2026.

Ào *Correio*, o professor da UnB César Berço afirma que os servidores da categoria de educação tiveram qualquer tipo de aumento congelado nos últimos anos. "Trata-se de um pedido justo, porque há bastante tempo não tem qualquer tipo de reajuste. Considerando a inflação desse período, há uma perda significativa de poder aquisitivo, que é realmente sentido por essas classes de trabalhadores", aponta.

A construção da greve nacional está mobilizando professores de instituições federais de ensino de todo o país. Além da UnB, docentes de outras universidades e institutos federais já aprovaram a deflagração de greves, como na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e no

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Em pauta nacional unificada, os docentes pedem reajuste de 22,71%, dividido em três parcelas iguais de 7,06% em 2024, 2025 e 2026

Instituto Federal do Sul de Minas Gerais.

Diante da pressão, o governo abriu uma mesa de negociações específica para a categoria e sinalizou que fará uma contraproposta para a educação. Em comunicado, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) diz que há uma "falácia do discurso do governo".

Outras categorias

Com a abertura de uma brecha para a educação, servidores de outras categorias cobram um posicionamento do governo sobre o reajuste salarial. Para as demais carreiras, foi oferecido apenas um aumento nos benefícios em 2024, como auxílios educação e saúde. Os sindicatos

têm até sexta-feira para responder à proposição.

Para avançar nas negociações, o governo está contando com uma parte dos R\$ 15,7 bilhões em gastos extras no Orçamento, aprovados pela Câmara dos Deputados na semana passada. Segundo o economista Benito Salomão, o impacto orçamentário desse montante será

modesto. "Esse valor, em termos do Orçamento da União, não é tão relevante, porém ele pode fazer falta para fechar a meta fiscal do ano", afirma.

Salomão destaca, ainda, que, no caso da educação, o funcionalismo vem de uma década praticamente sem reajuste. "Houve uma perda real de salário dos professores das universidades,



Trata-se de um pedido justo, porque há bastante tempo não tem qualquer tipo de reajuste. Considerando a inflação desse período, há uma perda significativa de poder aquisitivo, que é realmente sentido por essas classes de trabalhadores"

César Berço,
professor da UnB

pesquisadores e dos institutos federais, que foi muito significativa entre 2015 e 2022. Os servidores da educação precisam ser contemplados dentro do Orçamento. Não dá para você continuar essa política da década anterior de congelar, de perdas salariais reais para esse pessoal, porque é um pessoal essencial para o país", explica o economista.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia **Página:** 7